

PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE
ESTADO DE MINAS GERAIS

Publicado em 06/08/18

Retirado em 01/09/18

Responsável:

Ivone Pereira dos Santos
Secretária Mun. de Administração
Portaria 175/2018

Nanuque/MG, 06 de agosto de 2018.

Assunto: Veto à Emenda Aditiva 001/2018 e Emenda Modificativa 001/2018.

Publicado no Site Oficial da Prefeitura

Data: 06/08/2018

Hora: 17:55

Rodrig S. Viana

Senhora Presidente,
Senhores Vereadores,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos da Lei Orgânica Municipal, decidi vetar parcialmente, por violação ao princípio da independência dos poderes, a Emenda Aditiva 001/2018 do Projeto de Lei nº 018/2018 e parcialmente a Emenda Modificativa 001/2018 do Projeto de Lei nº 018/2018.

Procuradoria Geral do Município manifestou-se pelo veto parcial ao Projeto de Lei pelas razões abaixo:

Exmo Prefeito, em relação a Emenda Aditiva 001/2018, a Câmara propõe a alteração do art. 15 do PL incluindo no texto a expressão "mediante lei autorizativa da Câmara Municipal".

No nosso entendimento, ressalte-se, não há realmente necessidade de autorização legislativa específica para a inclusão de grupos de fonte / destinação de recurso para a receita fixada no orçamento, mormente diante do teor da Consulta nº 958027 do TCE-MG que especifica, in verbis que "...A efetivação de realocações dessa natureza (fontes de

Av. Geraldo Romano, 135 – Centro – CNPJ 18.398.974/0001-30
Fone: (33) 3621-2252 – CEP 39.860-000 – NANUQUE-MG

gabinete@nanuque.mg.gov.br

Roberto de Jesus
Prefeito Municipal
CPF: 036.315.796-53
20/11/2020



PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE

ESTADO DE MINAS GERAIS

recursos de dotações orçamentárias) depende de prévia autorização legislativa, mas não necessariamente de lei específica...”, vejamos :

CONSULTA N. 958027

Procedência: Município de Vargem Bonita

Consulente: Belchior dos Reis Faria - Prefeito do Município de Vargem Bonita

RELATOR: CONSELHEIRO WANDERLEY ÁVILA
EMENTA CONSULTA. DIFERENÇA NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ENTRE CRÉDITO SUPLEMENTAR E REMANEJAMENTO, TRANSPOSIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS. CONSULTA N. 862749. NECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA. IMPOSSIBILIDADE DE CONSTAREM DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL. ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTOS PÚBLICOS. INDICAÇÃO DE FONTES/DESTINAÇÕES DE RECURSOS. REALOCAÇÃO DE FONTES DE RECURSOS INDICADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA. INOCORRÊNCIA DA ALTERAÇÃO DO VALOR DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO.

1 - A diferenciação entre as figuras das realocações orçamentárias realizadas por meio de créditos adicionais suplementares e mediante remanejamentos, transposições e transferências já foi objeto de resposta deste Tribunal no processo de Consulta n. 862749, destacando-se que o principal critério de distinção entre os créditos adicionais e as realocações orçamentárias é o motivo que ensejou cada uma delas. Se em relação aos créditos adicionais o fator determinante é a escassez de

2

Av. Geraldo Romano, 135 – Centro – CNPJ 18.398.974/0001-30
Fone: (33) 3621-2252 – CEP 39.860-000 – NANUQUE-MG

gabinete@nanuque.mg.gov.br

Roberto de Jesus
Prefeito Municipal
CPF 036.515.796-53
20/07/2020



PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE

ESTADO DE MINAS GERAIS

recursos orçamentários para o atendimento a uma necessidade pública, no que diz respeito às realocações orçamentárias a justificativa é a repriorização de gastos no âmbito da Administração Pública.

2 - Quanto às alterações de fontes de recursos discriminadas na lei orçamentária para execução de determinado elemento de despesa, registra-se que tais atos não caracterizam a ocorrência de crédito adicional por "suplementação" (reforço de valor), definida pelo art. 41, I, da Lei Nacional n. 4.320/1964, não devendo impactar o limite percentual de suplementação eventualmente autorizado nas leis orçamentárias, nem tampouco a ocorrência de remanejamentos, transposições e transferências, haja vista que não ocorrerá alteração do valor do crédito orçamentário.

3 - A efetivação de realocações dessa natureza (fontes de recursos de dotações orçamentárias) depende de prévia autorização legislativa, mas não necessariamente de lei específica.

A autorização poderá vir exatamente no corpo da LDO e suprimirá, a contento, a necessidade de tramitação de lei específica para tal. Essa é a Razão do veto parcial quanto a Emenda Aditiva 001/2018 do Projeto de Lei nº 018/2018, mais especificamente quanto ao art. 15.

Por outro lado, se a emenda prevalecer nos moldes apresentados, inviabilizará o remanejamento, a transposição e a transferência durante a execução orçamentária do exercício de 2018. Neste contexto, destacamos a seguir entendimento do TCE-MG quanto ao tema:

3

Av. Geraldo Romano, 135 – Centro – CNPJ 18.398.974/0001-30

Fone: (33) 3621-2252 – CEP 39.860-000 – NANUQUE-MG

gabinete@nanuque.mg.gov.br

Roberto de Jesus
Prefeito Municipal
CPF 026.513.196-53
2017/2020



PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE

ESTADO DE MINAS GERAIS

a) Remanejamentos são realocações na organização de um ente público com destinação de recursos de um órgão para outro. Podem ocorrer, por exemplo, numa reforma administrativa. A extinção de um órgão pode levar a Administração a decidir pelas realocações das atividades, inclusive dos respectivos programas de trabalho, recursos físicos e orçamentários, para outros órgãos, sejam da administração direta, sejam da administração indireta. Nesse caso, não cabe a abertura de crédito adicional especial para cobertura de novas despesas, uma vez que as atividades já existem inclusive os respectivos recursos não financeiros. Entretanto, se, por exemplo, houver a necessidade da criação de um cargo novo, a ser custeada com recursos ainda não contemplados no orçamento, a Administração deverá providenciar a abertura de um crédito adicional para atender a essa despesa, mediante a indicação dos recursos disponíveis;

b) Transposições são realocações no âmbito dos programas de trabalho dentro do mesmo órgão. Pode acontecer que a administração da entidade governamental resolva não construir a estrada vicinal, já programada e incluída no orçamento, deslocando esses recursos para a construção de um edifício, para nele instalar a sede da secretaria de obras, também já programada e incluída no orçamento, cujo projeto original se pretende que seja ampliado. Nesse caso, basta que a lei autorize a realocação dos recursos orçamentários do primeiro para o segundo projeto;

c) Transferências são realocações de recursos entre as categorias econômicas de despesas, dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho, ou seja, repriorizações dos gastos a serem efetuados. Pode ocorrer que a administração do ente governamental tenha que decidir entre realocar recursos para a manutenção de uma

Av. Geraldo Romano, 135 – Centro – CNPJ 18.398.974/0001-30
Fone: (33) 3621-2252 – CEP 39.860-000 – NANUQUE-MG
gabinete@nanuque.mg.gov.br

Roberto de Jesus
Prefeito Municipal
CPF 526.515.796-53
20/11/2020



PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE

ESTADO DE MINAS GERAIS

maternidade (Despesa Corrente) ou adquirir novos computadores para o setor administrativo dessa maternidade (Despesa de Capital), que funciona relativamente bem, ainda que utilizando computadores antigos. A opção por recursos para a manutenção da maternidade se efetivará através de uma transferência, que não se deve confundir com anulações, parciais ou totais, de dotações para abrir crédito especial. Nas transferências, as atividades envolvidas continuam em franca execução; nos créditos especiais, ocorre a implantação de uma atividade nova, mediante a indicação de recursos financeiros ainda não comprometidos. (Elementos de Direito Financeiro. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2010. p. 156 157) – Grifo nosso.

Disponível

em

<http://tcjuris.tce.mg.gov.br/Nota/BuscarArquivo/1090082>.

Analizando as definições anteriormente apresentadas pelo TCE-MG às realocações ora limitadas pela emenda, não permitirão, por exemplo, a nenhuma Entidade ou Poder (RPPS, Executivo e Legislativo), transferir recursos de uma categoria para outra dentro da mesma ação (projeto ou atividade), no mesmo órgão. Também não será permitido a transposição de um programa de trabalho para outro dentro do mesmo órgão ou seja, Legislativo, RPPS e Executivo em qualquer circunstância de reprogramação ou repriorização deverão fazê-lo através de Projeto de Lei inviabilizando o dinamismo da Administração Pública.

O mesmo entendimento pode ser aplicado quanto a necessidade de veto a modificação proposta no art. 13, ou seja, não há necessidade de lei específica, bastando autorização na própria LDO.

Além de ser desnecessária a Lei específica, bastando para isso a prévia autorização constante da LDO, a

Av. Geraldo Romano, 135 – Centro – CNPJ 18.398.974/0001-30
Fone: (33) 3621-2252 – CEP 39.860-000 – NANUQUE-MG
gabinete@nanuque.mg.gov.br

Roberto de Jesus
Prefeito Municipal
CPF 1626515796-53
2017/2020



PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE

ESTADO DE MINAS GERAIS

inclusão de fonte de recursos na receita e da destinação de recursos na despesa, tem vínculo com a impossibilidade o Município prever se o Governo Federal ou Estadual criará ou não novas fontes ainda não previstas no Planejamento Municipal. Neste caso, pode ocorrer a liberação de um novo recurso cuja fonte não esteja prevista no orçamento e sem tal autorização não poderíamos arrecadar a receita ou realizar nenhuma despesa.

Assim, essa é a razão par ao veto parcial da Emenda Modificativa nº 001/2018 do Projeto de Lei nº 018/2018 em relação ao art. 13.

No que tange a alteração do art. 45 do PL, razão não assiste à Câmara.

Pois bem, os Enunciados de súmula 18 editados pela Corte Superior traduz, através de precedentes citados, que é inconstitucional a instituição de lei municipal que se exige prévia autorização legislativa para a celebração de convênios e contratos pelo poder executivo, vejamos:

Enunciado 18 É inconstitucional lei municipal que exige prévia autorização legislativa para a celebração de convênios e contratos, pelo Poder Executivo.

Referência legislativa : - Constituição do Estado de Minas Gerais Art. 173.

Roberto de Jesus
Prefeito Municipal
CPF 036.515.796-52
2017/2020



PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE
ESTADO DE MINAS GERAIS

Precedentes

- Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.0000.06.440713-3/000, ACÓRDÃO: 09/08/2006. Diário do Judiciário DATA: 26/08/2006 PG: 48 COL: 03
- Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.0000.05.419648-0/000, ACÓRDÃO: 26/04/2006. Diário do Judiciário DATA: 28/07/2006 PG: 69 COL: 03
- Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.0000.05.419215-8/000, ACÓRDÃO: 22/02/2006. Diário do Judiciário DATA: 22/03/2006 PG: 29 COL: 02

Além disso, a assinatura de convênios tão importantes para nosso Município, não podem aguardar a tramitação do processo legislativo (obediência dos prazos), que é legal mas, em razão dessa legalidade, deve seguir rito específico. Muitas vezes somos comunicados para assinatura de convênios em prazos extremamente curtos, motivo pelo qual não há tempo para esperarmos a tramitação de um projeto na Câmara Municipal.

Assim sendo, neste diapasão, entendemos que o Poder Executivo não deve atender a alteração proposta pela Câmara Municipal, referente ao art. 45 do PL. Essa é a razão do veto parcial à Emenda Aditiva nº 001/2018 do Projeto de lei 018/2018 mas precisamente quanto ao art. 45.

Av. Geraldo Romano, 135 – Centro – CNPJ 18.398.974/0001-30
Fone: (33) 3621-2252 – CEP 39.860-000 – NANUQUE-MG
gabinete@nanuque.mg.gov.br

7

Roberto de Jesus
Prefeito Municipal
CPF: 626.515.196-53
20/17/2020



PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE
ESTADO DE MINAS GERAIS

Esta Senhora Presidente, são as razões que me levaram a vetar parcialmente a Emenda Aditiva nº 001/2018 quanto as alterações propostas nos art. 15 e 45 do Projeto de Lei nº 018/2018 e parcialmente a Emenda Modificativa 001/2018 quanto a alteração proposta no art. 13 do Projeto de Lei 018/2018, cujo veto submeto à apreciação dos senhores, contando que pelos motivos e fundamentos jurídicos possam entender as razões legais que justificam tais medidas, acreditando, desde já, na compreensão de todos.


Roberto de Jesus
Prefeito Municipal